Edição nº 23 – 20 a 24 de março

SENADO APROVA PROJETO PARA GARANTIR INTERNET FIXA ILIMITADA

O Plenário do Senado Federal aprovou na última terça-feira o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 174/2016, de autoria do Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que veda a implementação de franquia limitada de consumo nos planos de internet banda larga fixa.

O projeto acrescenta o inciso XIV no artigo 7º da Lei nº 12.965, de 2014 (Marco Civil da Internet), determinando que passa a ser direito do usuário a não limitação dos serviços contratados na modalidade banda larga.

O tema foi alvo de polêmica entre fevereiro e abril de 2016, quando uma empresa de telecomunicações anunciou que passaria a adotar o limite da franquia em novos contratos de serviço de banda larga. Na época, o ex-presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Conselheiro João Rezende, declarou que "a era da banda larga sem limite estaria no fim" e iniciou um debate, em sede de consulta pública, para estudar a limitação da franquia, iniciativa que teve grande repercussão na mídia.

Entre as justificativas apresentadas para a limitação dos serviços estavam a necessidade de restringir o uso ilimitado da rede e a sobrecarga do sistema, pois a infraestrutura atual não comportaria o tráfego de grande volume de dados por tempo prolongado. Um outro argumento seria o de que a sobrecarga do sistema por conta do volume de dados poderia encarecer o preço dos serviços, já que muitos consumidores utilizam a internet de forma intensa para assistir vídeos, filmes, entre outras tarefas que demandam grande quantidade de dados, prejudicando os consumidores que também compartilham da

rede em menor intensidade.

Dias depois da declaração do ex-presidente da Anatel, o Conselho Diretor da Agência, pressionado por integrantes do próprio governo federal, determinou que as prestadoras de serviço de internet banda larga estavam proibidas de limitar o acesso à internet por tempo indeterminado, além de encerrar a consulta pública.

No início de 2017, o tema voltou à tona quando o Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, declarou que o Ministério e a Anatel iriam tomar uma decisão sobre o assunto e que a discussão sobre limitação da internet banda larga poderia voltar à pauta até o segundo semestre de 2017. No entanto, o atual presidente da Anatel, Conselheiro Juarez Quadros, manifestou que a Agência não tem intenção de reabrir o debate sobre a limitação no momento.

Na justificativa do PLS nº 174/2016, o Senador Ferraço defende que a internet é parte indissociável da vida contemporânea, não podendo ter o seu acesso limitado.

O projeto seguirá agora à Câmara dos Deputados, onde deverá ser apreciado pelas comissões temáticas e, eventualmente, pelo Plenário da Casa. Se aprovado sem modificações ao texto original, o projeto será encaminhado à sanção presidencial, que terá 15 dias úteis para sancioná-lo ou vetá-lo, total ou parcialmente. Qualquer modificação que seja aprovada na Câmara dos Deputados deverá ser revisada pelos senadores, que poderão aceitar ou rejeitar as emendas inseridas ao texto originalmente aprovado.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (lvisconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

FIQUE DE OLHO

CONCORRÊNCIAS DE AEROPORTOS ARRECADAM 23% A MAIS DO QUE O ESPERADO

Na última quinta-feira (16), foram divulgados os resultados das licitações para os aeroportos de Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Salvador (BA), Florianópolis (SC). Os aeroportos foram arrematados por grupos alemão, francês e suíço, por um valor total de R\$ 3,72 bilhões, 23% acima do esperado pelo Governo. Para garantir a atratividade da oferta, o edital eliminou a participação da Infraero nos consórcios vencedores, bem como o pagamento de outorga nos primeiros 5 anos.

Estimativas apontam que, com a mudança, cerca de 60% dos passageiros serão transportados por aeroportos concedidos à iniciativa privada. Atualmente, os aeroportos administrados pelo Governo concentram pouco mais da metade dos embarques e desembarques de passageiros.

O Governo considera que os leilões foram bem-sucedidos. Com isso, espera-se que o Poder Executivo proceda com a privatização dos demais projetos do Programa de Parceria de Investimentos (PPI) em áreas como rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia e mineração.

PLENÁRIO DO SENADO APROVA A ALTERAÇÕES À “LEI DE REPATRIAÇÃO”

O Plenário do Senado aprovou, na terça-feira (14), o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 405/2016, que altera a Lei que dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), a “Lei de Repatriação”. De acordo com o texto aprovado, o prazo para aderir será reaberto por meio de regulamento e a multa a ser paga será de 135% sobre o valor do imposto devido. O projeto será analisado pelo presidente Michel Temer para sanção ou veto.

PLENÁRIO DA CÂMARA APROVA EM 2º TURNO A PEC DA REPERCUSSÃO GERAL DOS RECURSOS ESPECIAIS

Na última quarta-feira, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, por 385 votos favoráveis, 7 contrários e 2 abstenções, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 209/2012, que determina que os recursos especiais endereçados ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) deverão comprovar repercussão geral para que sejam analisados por

aquela Corte Superior. Apresentado pela ex-Deputada e atual Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) e pelo ex-Deputado Luiz Pitiman (PMDB-DF), a intenção da PEC é diminuir drasticamente o número de recursos encaminhados ao STJ. O mecanismo se assemelha à sistemática da repercussão geral utilizada para admitir os recursos extraordinários ao Supremo Tribunal Federal (STF), inserido no texto constitucional quando da Reforma do Judiciário, promovida pela Emenda Constitucional nº 45/2004. Em síntese, a repercussão geral funciona como uma triagem para identificar quais recursos devem ocupar o trabalho do STJ e quais são aqueles cuja matéria de Direito não tem pertinência para ser apreciado em instância extraordinária. A PEC seguirá agora ao Senado Federal, onde deverá ser aprovada em dois turnos por 3/5 dos senadores.

CÂMARA APROVA ACORDO BILATERAL DE COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS CELEBRADO ENTRE BRASIL E CHILE

Na quinta-feira, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 439/2016, decorrente da Mensagem Presidencial (MSC) nº 57/2016, que trata do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (CFIA na sigla em inglês) celebrado entre Brasil e Chile em 29 de fevereiro de 2016. O objetivo do acordo é facilitar e promover o investimento mútuo, mediante o estabelecimento de um marco de tratamento para os investidores e seus investimentos, e de governança institucional para a cooperação, assim como de mecanismos de prevenção e solução de controvérsias. A MSC foi relatada pelo Deputado Miguel Haddad (PSDB-SP) na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, tendo recebido parecer favorável em julho do ano passado. De acordo com o então relator, dada a proximidade geográfica entre os países, os laços econômicos já existentes e o interesse do Brasil em participar ativamente da Aliança do Pacífico, o Acordo será muito benéfico ao Brasil. O PDC passou por 3 comissões permanentes: de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; de Finanças e Tributação; e de Constituição, Justiça e de Cidadania, tendo recebido pareceres favoráveis em todas elas. A matéria agora deverá ser submetida à análise do Senado Federal. Além deste Acordo com o Chile, o Brasil já firmou acordos bilaterais de investimento com Angola, Colômbia, Moçambique, México, Malawi e Peru.

CÂMARA APROVA ACORDO BILATERAL CELEBRADO ENTRE BRASIL E PERU QUE ESTABELECE MARCO NORMATIVO PARA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS E PERUANAS EM PROCESSOS LICITATÓRIOS EM AMBOS OS PAÍSES

Na quinta-feira, o Plenário da Câmara dos Deputados também aprovou o Acordo de Ampliação Econômico-Comercial celebrado entre Brasil e Peru em 29 de abril de 2016. De acordo com as justificativas do texto do Acordo, as normas previstas conferem maior previsibilidade e segurança jurídica a empresas e a

investidores brasileiros no Peru e a peruanos no Brasil, além de favorecerem maior integração, melhor circulação de bens e pessoas, bem como um melhor aproveitamento do potencial econômico-comercial bilateral. O texto ainda define um marco normativo para a participação de empresas em processos licitatórios estatais em ambos os países e, de acordo com a Mesa Diretora da Câmara, é o primeiro compromisso internacional assinado pelo Brasil envolvendo cláusulas de contratação pública. A matéria agora deverá ser submetida à análise do Senado Federal.

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 756/2016 (CMMPV Nº 756/2016)
21/03/2017, ÀS 14H30 E 23/03/2017, ÀS 9H30

Audiências Públicas sobre a MP nº 756/2016, que altera unidades de conservação ambiental no Pará.

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO
21/03/2017, ÀS 14H

FIQUE DE OLHO

Proposta de Emenda à Constituição nº 111/2015, que altera o art. 62, § 1º, da Constituição Federal, para vedar a edição de medidas provisórias que gerem desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Autor: Sen. Renan Calheiros (PMDB-AL) e outros.

Relator: Sen. Romero Jucá (PMDB-RR)

Relatório: pela admissibilidade, com substitutivo.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)
21/03/2017, ÀS 10H

Projeto de Lei nº 169/2015, que altera a Lei de Licitações para vedar pagamentos antecipados.

Autor: Dep. Antonio Carlos Mendes Thame (PV-SP)

Relator: Sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)
22/03/2017, ÀS 10H

Projeto de Lei do Senado nº 401/2013, que acrescenta dispositivo na Lei de Licitações para estabelecer que a licença de instalação seja anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental.

Autor: Sen. Aloysio Nunes (PSDB-SP)

Relator: Sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei da Câmara nº 169/2009, que dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países.

Autor: Dep. Walter Pinheiro

Relator: Sen. Paulo Paim (PT-RS)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei nº 607/2011, que altera o Estatuto do Desarmamento para tornar obrigatória a adição de marcadores químicos nas munições e seus insumos destinados a armas de fogo.

Autor: Sen. Marcelo Crivella

Relator: Sen. Randolfe Rodrigues (Rede-AP)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

21/03/2017, às 13H55, 22/03/2017, às 9H, e 23/03/2017, às 9H

Projeto de Lei Complementar nº 268/2016, que aprimora dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e a suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas.

Autor: Sen. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Relator: Dep. Sergio Souza (PMDB-PR)
Relatório: ainda não apresentado.

Projeto de Lei Complementar nº 343/2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.

Autor: Poder Executivo
Relator: pendente de indicação
Relatório: ainda não apresentado

FIQUE DE OLHO

Projeto de Lei nº 4.302/1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

Autor: Poder Executivo
Relator: Dep. Sandro Mabel (PMDB-GO);
Relatório: pela aprovação.

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 333/1999, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, aumentando as penalidades para quem cometer crime contra marcas e patente de registro, contra indicações geográficas e concorrência desleal.

Autor: ex-Dep. Antonio Kandir (PSDB-RJ)
Relator: Pendente de indicação.
Relatório: Não apresentado.

Projeto de Lei nº 239/2007, que insere dispositivos no Código Penal para tipificar o furto de energia e sinais.

Autor: Sen. Aelton Freitas (PL-MG)
Relator: Dep. Marcos Rogério (DEM-RO)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei nº 2.431/2011, que dispõe sobre a autorização da produção, da comercialização e do consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol.

Autor: Dep. Felipe Bornier (PHS-RJ)
Relator: Dep. Laura Carneiro (PMDB-RJ)
Relatório: pela aprovação, nos termos do substitutivo do Senado Federal.

Projeto de Lei nº 130/2015, que dispõe sobre o aumento dos limites para dedução, do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, para 9% e 3%, respectivamente, dos valores destinados a projetos desportivos e paradesportivos.

Autor: Dep. João Derly (PCdoB-RS)
Relator: Dep. Hélio Leite (DEM-PA)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO ESPECIAL DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

22/03/2017, às 14H

Audiência Pública para debater a definição de dados pessoais, sensíveis e anonimizados.

COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA TRABALHISTA 21, 22, E 23/03/2017, EM DIVERSOS LOCAIS E HORÁRIOS

Audiências públicas para debater o Projeto de Lei nº 6.787/2016, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Lei do Trabalho Temporário.

COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA POLÍTICA 21/03/2017, às 8H30

Seminário para debater o voto distrital, proporcional ou misto, o sistema de lista fechada, lista aberta ou mista, cláusula de barreira e coligações eleitorais. O evento contará com as presenças do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ministro Gilmar Mendes, o Secretário-Geral do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (Idea), Sr. Yves Laterme, entre outras autoridades nacionais e internacionais.